

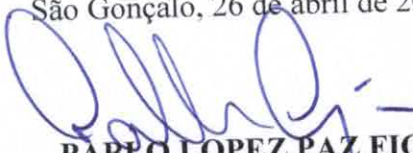


ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

**À SEMDUR**

Encaminho o presente para ciência e resposta ao pedido de impugnação do Edital de Concorrência Pública PMSG Nº 001/2021.

São Gonçalo, 26 de abril de 2021.

  
**PABLO LOPEZ PAZ FIGUEROA**  
Secretário Municipal de Compras e Suprimentos  
Mat. 122.857



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.947.703/0001-82</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>28/02/2002</b>
NOME EMPRESARIAL <b>W.J.C PRESTADORA DE SERVICOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CASSOL</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****
UF *****		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>STANDER.WILKER@GCASSOL.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(62) 3241-6362</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>INAPTA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>01/04/2021</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL <b>OMISSAO DE DECLARACOES</b>		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/05/2021** às **10:21:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

São Gonçalo, 10 de maio de 2021  
Processo Administrativo nº. 40.191/2020  
Concorrência Pública nº. 001/2021

**DA IMPUGNANTE E DO PEDIDO**

**PROCESSO Nº.: 15.733/2021**

**IMPUGNANTE: W.J.C PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**

**PEDIDO: REQUER A IMPUGNAÇÃO SEJA JULGADA PROCEDENTE.**


**DA TEMPESTIVIDADE**

A presente Impugnação foi protocolada no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, no prazo legal, em conformidade com o Instrumento Convocatório e Lei Federal nº. 8.666/1993, o que assiste razão quanto ao atendimento do requisito da Tempestividade.

**DA ANÁLISE**

Inicialmente, é preciso registrar que a impugnação ofertada decorre da insurgência manifestada, em tese, por pessoa jurídica de direito privado interessada em participar do certame, ou seja, trata-se de impugnação com arrimo no § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

Ademais, ao consultarmos a inscrição sob o nº 04.947.703/0001-82, descrita na peça impugnatória e na alteração contratual juntada, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, verificamos que a Impugnante W.J.C

  
**Ricardo F. da Conceição**  
Subsecretário Contratos  
e Convênios - SEMDUR  
Mat 121 577





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA possui situação cadastral INAPTA, sendo o motivo OMISSÕES DE DECLARAÇÕES.

Assevere-se, que quando uma empresa é declarada inapta, ela fica impedida de realizar operações comerciais, emitir notas fiscais, participar de licitações ou movimentar contas bancárias, aliás, não é permitida a fazer nada, nem sequer comprar um certificado digital para regularizar.

Nesse toar, verifica-se que a Impugnante não possui sequer autorização para praticar atos, em especial relacionados a participar de licitações, repisa-se, por estar **INAPTA** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Insta frisar, que o procedimento licitatório é instruído por princípios que visam atender a finalidade precípua da licitação que é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens, e prestações menos onerosas para a Administração.

O princípio da Legalidade aparece expressamente na nossa Constituição Federal em seu Artigo 37, caput, que dispõe que:

*"a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".*

Como ensina Hely Lopes Meirelles:

"a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à

Ricardo F. da Conceição  
Subsecretário Contratos  
e Convênios - SEMDUR  
Mat 121 577



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO


responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso". (Negritei e sublinhei)

No caso em tela, reitera-se, que a impugnante não possui legalidade para expedir nenhum ato por estar INAPTA no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica por omissões de declarações.

CONCLUSÃO

Assim sendo, verifica-se que não foram observados os pressupostos de legalidade da Impugnação, motivo pelo qual decido não conhecer da impugnação e, conseqüentemente, deixa de apreciar o seu mérito.

Ricardo F. da Conceição  
Subsecretário Contratos  
e Convênios - SEMDUR  
Mat 121 577

  
Ricardo Figueiredo da Conceição  
Subsecretário de Contratos e Convênios - SEMDUR  
Decreto Municipal nº. 010/2021  
Matrícula nº. 121.577